

COMISSÃO DE SAÚDE**REQUERIMENTO CONVOCAÇÃO Nº DE 2023**
(Do Sr. Luiz Ovando)

Requer a convocação da Ministra da Saúde, Sra. Nísia Verônica Trindade Lima, para que preste esclarecimentos acerca do não empenho de emendas parlamentares e do não pagamento de emendas empenhadas em um nível que garanta o adequado custeio da Média e Alta Complexidade (MAC) durante o corrente ano.

Senhor Presidente,

Senhor Presidente, requiro a Vossa Excelência, com base nos arts. 50 e 58, §2º, III, da Constituição Federal; e no art. 219, I e §2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação da Ministra de Estado da Saúde, Sra. Nísia Verônica Trindade Lima, a fim de que preste esclarecimentos acerca do não empenho de emendas parlamentares e do não pagamento de emendas empenhadas em um nível que garanta o adequado custeio da atenção à saúde no âmbito da Média e Alta Complexidade (MAC) durante o corrente ano.

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo de prestar esclarecimentos a esta Comissão de Saúde acerca do não empenho de emendas e do não pagamento de emendas empenhadas em um nível que garanta o adequado custeio da atenção à saúde



no âmbito da Média e Alta Complexidade (MAC) durante o corrente ano, solicito a convocação da Ministra da Saúde, sra. Nísia Verônica Trindade Lima. O depoimento da Ministra é fundamental e se mostra urgente para que sejam apresentados os motivos que têm levado ao baixo nível de empenhos de emendas e de pagamentos de emendas empenhadas relacionadas ao custeio da Média e Alta Complexidade (MAC).

Até o mês de junho de 2023 e no âmbito do custeio MAC na Saúde (ação 2E90), o valor empenhado foi de R\$ 1,44 bilhão e o valor pago foi de apenas R\$ 847,6 milhões, o que corresponde a apenas 19,68% de empenho e 11,56% de pagamentos efetivados, ambos em relação aos valores previstos no orçamento anual para esta estratégica ação. Para efeito de comparação, o valor empenhado em 2022 até o correspondente mês de junho foi superior a R\$ 4,71 bilhões, o que correspondeu a 86,22% do valor previsto no orçamento. O valor efetivamente pago em 2022, no mesmo período, foi de R\$ 4,53 bilhões, o que correspondeu a 83,12% do orçamento do ano passado. Dessa forma, observa-se que o valor executado neste ano de 2023 está muito aquém do esperado.

Essa verdadeira desídia orçamentária, por parte do Ministério da Saúde, tem gerado um impacto dramático na oferta de procedimentos e tratamentos diversos, justamente no âmbito do combate e do manejo de condições clínicas e de doenças mais complexas, que requerem uma abordagem tempestiva, consistente, previsível e constante. O prejuízo para a população, notadamente aquela assistida unicamente pelo Sistema Único de Saúde, é de grande monta e requer uma solução imediata.

Sala das Sessões, em de junho de 2023.

Luiz Ovando
Deputado Federal - PP/MS

